

34º Encontro anual da ANPOCS

ST 04- Comportamento Político

**OS DETERMINANTES DOS POSICIONAMENTOS FAVORÁVEIS
AO “ROUBA, MAS FAZ” NO BRASIL (2006)**

Robert Bonifácio

**Caxambu
2010**

Os determinantes dos posicionamentos favoráveis ao “rouba, mas faz” no Brasil (2006)

Robert Bonifácio da Silva¹

1- INTRODUÇÃO

Com o considerável advento de novas democracias após o período que ficou conhecido como a “terceira onda de democratização”, de 1975 a meados da década de 1990 (HUNTINGTON, 1994), boa parte dos interesses e dos esforços dos especialistas migrou dos determinantes para emergência de democracias para a discussão sobre a qualidade das novas democracias (DIAMOND; MORLINO, 2004, 2005). No que pertine aos rumos dessa discussão, a corrupção aparece com destaque, uma vez que o primado da lei (*Rule of Law*), e *accountability* horizontal e vertical são vistos por esses autores como pré-condições essenciais para uma democracia com qualidade.

Sabe-se que a corrupção é um fenômeno global, apesar de sua incidência variar bastante, sendo suas práticas geralmente mais difundidas e mais sistematicamente enraizadas nos países subdesenvolvidos (ou em desenvolvimento) que nos países desenvolvidos, conforme apontam os resultados de pesquisas comparativas realizadas por Klitgaard (1988).

Talvez por conta do amplo alcance do fenômeno, têm sido realizados muitos estudos a respeito. Na área de econômica, as pesquisas são abundantes e, de modo geral, elas indicam que a corrupção gera efeitos nocivos para a economia dos países, no sentido de aumentar os custos das transações financeiras, reduzir os investimentos externos e travar o crescimento econômico (MAURO, 2002; AIDT, 2003; SHLEIFER; VISHNY, 2003).

No campo da ciência política, ao contrário, as considerações a respeito nunca foram consensuais, considera Seligson (2002). De acordo com ele, alguns autores, como Key (1949), Merton (1957), Huntington (1968), Watesbury (1976) e Leys (1989), acreditam que as práticas corruptas podem ser benéficas para o sistema político, uma vez que funcionam como um instrumento que desata os nós da burocracia estatal, algo

¹ Doutorando em ciência política pela UFMG

como um lubrificante que faz as máquinas funcionarem, em especial nos países subdesenvolvidos e/ou ditatoriais. Por outro lado, há autores que procuram evidenciar os aspectos negativos que a corrupção provoca aos cidadãos e sistemas políticos. Doig e McIvor (1999) encontram associação entre altas taxas de percepção de corrupção e baixos níveis de confiança institucional. Já Seligson (2002) encontra associação entre experiências com corrupção com baixo apoio ao regime democrático e baixo patamar de confiança interpessoal. Della Porta (2000), por sua vez, considera a corrupção causa e efeito de desempenhos governamentais pífios.

O artigo também tem como foco de pesquisa a corrupção, mas num sentido pouco explorado pela literatura especializada. O objeto de análise são os posicionamentos individuais favoráveis ao “rouba, mas faz”, isto é, as considerações positivas a políticos que são vistos como bons governantes, apesar de possuírem a reputação de corruptos. O principal objetivo da investigação é identificar os determinantes do “rouba, mas faz”, ou seja, os perfis mais associados a esses posicionamentos. Parte-se de achados da literatura especializada a temas relacionados e usa-se como fonte empírica os dados do *survey* “A *desconfiança dos cidadãos nas instituições democráticas*”, aplicado em 2006².

A organização do trabalho ocorre da seguinte maneira: primeiramente, são feitas mais considerações sobre o que se entende por “rouba, mas faz” e expostos os dados a respeito. Em sequência, serão feitas visitas às contribuições da literatura especializada que ajudam a levantar hipóteses a respeito do problema de pesquisa. Assim, serão abordados três fatores explicativos: confiança e avaliações sobre instituições e condições socioeconômicas e demográficas. Depois, serão abordados com mais profundidade os determinantes do “rouba, mas faz”, através de análises estatísticas multivariadas que conjuguem todos os fatores explicativos e dêem respostas às principais indagações da pesquisa. Por fim, serão feitas as considerações finais e expostas as referências bibliográficas.

2- “ROUBA, MAS FAZ”: DEFINIÇÃO E APROXIMAÇÕES EMPÍRICAS

Há alguns anos, foi cunhado pela imprensa nacional o termo “rouba, mas faz” para designar políticos que gozam de popularidade por serem vistos como fazedores de

² O survey possui amostra probabilística nacional, abrangendo cidades de zonas rurais e urbanas. Foram entrevistadas 2004 pessoas ao longo do mês de junho de 2006.

obras ou por realizarem bons governos, mas que possuem a pecha de corruptos. Relacionou-se o termo primeiramente a Adhemar de Barros³ Em período recente, coube a Paulo Maluf⁴ tal reputação, apesar do termo poder ser aplicável a muitos outros políticos do país.

O intuito do artigo não é estudar as opiniões referentes a quaisquer políticos, sejam eles reconhecidos ou não como corruptos. O que será analisado é a concordância dos cidadãos com afirmações que expressam apoio a comportamentos de políticos reconhecidos como fazedores de obras ou realizadores de bons governos, mas que incorrem em atos de corrupção. É isso o que se entende como posicionamentos favoráveis ao “rouba, mas faz”. No *survey* “A *desconfiança dos cidadãos nas instituições democráticas*”, existem variáveis que mensuram o apoio ou rechaço ao que definimos como “rouba, mas faz” e suas descrições encontram-se abaixo:

CORRUP.3. Vou ler algumas frases sobre os políticos e gostaria de saber se você concorda muito, concorda pouco, discorda muito ou discorda pouco de cada uma delas: (nem concorda nem discorda é espontânea)

- Não faz diferença se um político rouba ou não, o importante é que ele faça as coisas que a população precisa;
- Um político que faz muito e que rouba um pouco merece o voto da população;
- Um político que faz muito e que rouba um pouco não merece ser condenado pela justiça;
- Um político que faz um bom governo deve poder desviar dinheiro público para financiar sua campanha eleitoral;
- O melhor político é o que faz muitas obras e realizações, mesmo que roube um pouco.

Trata-se de cinco afirmações diferentes, que procuram passar a idéia de que o importante é que o político realize obras ou faça um bom governo, mesmo que para isso ele incorra em corrupção. Considera-se que todos aqueles que não discordam muito (categoria de resposta “discorda muito”) com qualquer uma das afirmações tolera os comportamentos desviantes das normas de conduta dos políticos caso eles demonstrem bom desempenho em suas funções. De certo modo, o que os entrevistados fazem é um julgamento de ações de políticos, concordando ou não com o comportamento posto em análise.

Referente ao somatório das concordâncias com as afirmações nota-se que a maioria dos entrevistados não concorda com o “rouba, mas faz”. Excluindo aqueles que

³ Adhemar de Barros (1901-1969) foi interventor e governador do Estado de São Paulo, deputado estadual e prefeito da cidade de São Paulo.

⁴ Paulo Maluf (1931-) foi governador do Estado de São Paulo e prefeito da cidade de São Paulo. Atualmente é deputado federal.

não quiseram ou não souberam responder às questões, 62,3% do total discordam muito com todas as afirmações e 37,7% discordam pouco, nem concordam nem discordam ou concordam com pelo menos uma delas. Desmembrando o total de pessoas de pessoas que concordam com as afirmações, tem-se 7,8% que concordam com uma; 5% com duas; 5% com três; 6,4% com quatro e 13,5% com todas as afirmações (quadro 1).

Quadro 1- Frequência de aceitação das frases que mensuram o “rouba, mas faz”

<i>Quantidade de afirmações que se tem concordância</i>	<i>Percentual (%)</i>	<i>Percentual válido (%)</i>
Nenhuma	61,7	62,3
Uma	7,7	7,8
Duas	4,9	5,0
Três	4,9	5,0
Quatro	6,3	6,4
Cinco	13,5	13,5
Não sabe/ não respondeu/	1,0	-

Tratando as variáveis separadamente, observa-se que a afirmação “*O melhor político é o que faz muitas obras e realizações, mesmo que roube um pouco*” é a que recebe maior concordância dentre todas (27,2%, somando as categorias de resposta (“discorda pouco”, “nem concorda nem discorda”, “concorda muito” e “concorda pouco”) e que a afirmação “*Um político que faz muito e que rouba um pouco não merece ser condenado pela justiça*” é a que recebe maior discordância dentre todas (84,3%, somando as categorias de resposta “discorda pouco” e “discorda muito”) (quadro 2).

Quadro 2- Frequência das variáveis de “rouba, mas faz” (em %)

Variáveis	Concorda muito	Concorda pouco	Nem concorda nem discorda	Discorda pouco	Discorda muito	Ns/nr
Não faz diferença se um político rouba ou não, o importante é que ele faça as coisas que a população precisa.	6,2	10,3	1,5	9,0	72,7	0,3
Um político que faz muito e que rouba um pouco merece o voto da população.	5,3	10,5	1,8	9,3	72,7	0,4
Um político que faz muito e que rouba um pouco não merece ser condenado pela justiça.	4,5	8,0	2,2	10,5	74,3	0,5
Um político que faz um bom governo deve poder desviar dinheiro público para financiar sua campanha eleitoral.	2,4	6,3	2,0	9,4	79,4	0,5
O melhor político é o que faz muitas obras e realizações, mesmo que roube um pouco.	4,5	11,7	2,2	8,8	72,3	0,5

Cabe ressaltar a existência de desnivelamento entre a posição social dos que são julgados - os políticos - e dos que julgam - os entrevistados. Os políticos são cidadãos eleitos para exercerem mandato político, são os representantes políticos do povo nos órgãos competentes. Já os entrevistados são uma amostra de toda a população brasileira. Assim, deve-se enfatizar que os entrevistados, ao se posicionarem quanto às afirmações referentes ao “*rouba, mas faz*”, não estão se enxergando nas situações e no grupo de pessoas que estão sendo postos em análise. Talvez isso explique em parte os resultados observados, já que, por se tratar de julgamentos de pessoas e ações que estão distante da realidade dos entrevistados, estes tendem a serem mais críticos que em relação a casos mais próximos de seu cotidiano.

Todas as variáveis referentes ao “*rouba, mas faz*” citadas acima parecem possuir um sentido muito próximo entre si, ou seja, parecem expressar uma idéia em comum. No entanto, caso se queira construir qualquer consideração com validade estatística a respeito, torna-se necessário a aplicação de testes de análise fatorial⁵. O método de extração mais recomendado para variáveis que não apresentam distribuição normal bem definida – o que é o caso (verificar anexo 1) - é o *Principal Axis Factoring* (COSTELO; OSBORNE, 2005). Além disso, é importante que o *alpha de Cronbach*, um indicador de consistência interna do fator, tenha um expressivo patamar. Quanto maior o valor do *alpha*, maior é a correlação entre os itens que compõe o fator e, por consequência, maior a correlação e inter-relacionamento entre as variáveis (CRONBACH, 1951).

Os resultados dos quadros 3 e 4 apontam para a satisfação dessas condições. Pode-se considerar que as cargas estatísticas dos fatores são altas (valores acima de 0,5), assim como o valor do Alpha de Cronbach (valores acima de 0,8 são considerados robustos). Assim, é possível afirmar, com validade estatística, que as variáveis utilizadas estão correlacionadas entre si, o que significa que expressam uma mesma idéia em comum. Ademais, o valor de *alpha de cronbach* acima dos patamares mínimos

⁵ O teste de análise fatorial é composto por um conjunto de várias técnicas estatísticas com o objetivo de prover descrições simples de inter-relacionamento, correlações e covariâncias entre as variáveis. Ele torna visível a observação de quais variáveis possuem significativas associações entre si e as organizam em fatores. Em cada fator, temos as variáveis mais associadas entre si e a intensidade dessa associação, que se mostrará forte, mediana ou fraca de acordo com a magnitude de sua carga estatística, geralmente compreendida entre - 1 e 1 (KIM; MUELLER, 1978).

permite a construção de um índice de “rouba, mas faz”, o que será realizado nos tópicos seguintes.

Quadro 3- Alpha de Cronbach das variáveis do “rouba, mas faz”

Alpha de Cronbach	Alpha de Cronbach baseado em itens padronizados	Número de itens
,916	,916	5

Quadro 4- Análise fatorial com variáveis do “rouba, mas faz”

<i>Variáveis</i>	<i>Fator</i>
Não faz diferença se um político rouba ou não, o importante é que ele faça as coisas que a população precisa	0,852
Um político que faz muito e que rouba um pouco merece o voto da população	0,883
Um político que faz muito e rouba um pouco não merece ser condenado pela justiça	0,798
Um político que faz um bom governo deve poder desviar dinheiro público para financiar sua campanha eleitoral	0,743
O melhor político é o que faz muitas obras e realizações, mesmo que roube um pouco	0,870

3- “ROUBA, MAS FAZ”: FATORES EXPLICATIVOS

Os estudos da área de ciência política sobre corrupção, em sua maioria, possuem abordagens estritamente teóricas, buscando conceituar e definir as naturezas e características do fenômeno. Para Wraith e Simpkins (1963), por exemplo, a corrupção é entendida como uma incapacidade moral de certos cidadãos, algo deplorável e condenável. É algo que privatiza a vida moral, fazendo com que as relações sociais sejam dominadas pelo auto-interesse e os concidadãos vistos como instrumentos, obstáculos e competidores. Já Nye (1967) possui uma concepção relativamente mais legalista do fenômeno, definindo corrupção como um comportamento desviante dos deveres formais da função pública com fins a ganhos monetários ou de status privado (para benefício pessoal, familiar ou de grupo próximo). Isto inclui comportamentos como suborno, nepotismo, apropriação de recursos públicos para benefícios privados.

Por fim, existem estudos que situam a corrupção mais como um problema de natureza econômica. Autores desta vertente consideram que o monopólio de ação do governo abre oportunidades para ganhos econômicos excessivos de grupos privados em rendas do governo, o chamado *rent seeking*. O trabalho de Rose-Ackerman (1999) indica que a corrupção ocorre na interface dos setores público e privado, de acordo com sistemas de incentivo que permitem aos agentes políticos maximizarem utilidade mediante suborno e propina. Para Tullock (1967), os agentes buscarão a maior renda possível, dentro ou fora das regras de conduta.

Os estudos que versam sobre os posicionamentos individuais sobre atos de corrupção de políticos, sob quaisquer óticas, mostram-se praticamente inexistentes. Foram realizadas buscas por artigos publicados nos principais periódicos da área da ciência política via portal Capes⁶ e Jstor⁷ e por livros nas principais bibliotecas especializadas nacionais e nada foi encontrado a respeito. Por conta disso, foram visitadas produções acadêmicas que tivessem alguma relação com o tema, qual seja, corrupção e comportamento político. Apesar de não tocarem diretamente no tema, as contribuições dessa literatura ajudam na produção de hipóteses e no desenho de pesquisa do artigo. Assim, foram elencados três principais fatores para explicar os posicionamentos favoráveis ao “rouba, mas faz”: confiança e avaliação de instituições e atores representativos e condições socioeconômicas e demográficas.

3.1- Confiança em atores e instituições representativas

Para Offe (1999), confiar em instituições supõe conhecer a idéia básica ou a função permanente atribuída a elas pela sociedade, como por exemplo, a da crença de que a polícia existe para garantir a segurança e a vida das pessoas. Assim, a confiança política dos cidadãos não é cega ou automática, ela depende das instituições estarem estruturadas para permitir que eles conheçam, recorram ou interpelem os seus fins últimos – fins aceitos e desejados pelos cidadãos. Regras institucionais democráticas como a imparcialidade em eleições, a proibição no uso de recursos públicos ou a igualdade de acesso à justiça ao “naturalizar” os direitos de cidadania gerariam expectativas sociais a respeito de seu desempenho, assim como de seus funcionários, e

⁶ Acesso em: www.periodicos.capes.gov.br

⁷ Acesso em: www.jstor.com

isso afetaria a relação dos cidadãos com elas. Ou seja, a confiança política dos cidadãos dependeria da coerência das instituições quanto à sua justificação normativa, e é o repertório de significações resultante do funcionamento das instituições que determinaria a medida dessa confiança, que pode ou não se estender aos responsáveis por elas, conforme o comportamento deles seja compatível com aqueles objetivos. Essa dinâmica envolveria, portanto, a percepção dos cidadãos a respeito das orientações normativas das instituições, decorrente da sua experiência prática com elas, e esses seriam fatores decisivos de determinação da confiança. Em tais condições, o julgamento dos cidadãos que fundamentaria a sua decisão de confiar seria baseado no desempenho institucional, mas, ao mesmo tempo, tomaria por base a avaliação da consistência e da coerência internas das normas das instituições, mais do que a estrita avaliação do comportamento individual de gestores e administradores.

Moises e Carneiro (2008; 2010) discutem as conseqüências da desconfiança para o comportamento político. Eles retomam estudos de especialistas e salientam que alguma dose de desconfiança em instituições pode ser um sinal sadio de distanciamento dos cidadãos de uma esfera da vida social sobre a qual eles têm pouco controle, mas que ela em excesso e continuamente no tempo pode significar que, tendo em conta as suas orientações normativas, expectativas e experiências, os cidadãos percebem as instituições como algo diferente, senão oposto, àquilo para o qual existem: neste caso, a indiferença ou a ineficiência institucional diante de demandas sociais, corrupção, fraude ou desrespeito de direitos de cidadania geram suspeição, descrédito e desesperança, comprometendo a aquiescência, a obediência e a submissão dos cidadãos à lei e às estruturas que regulam a vida social. *“Em alguns casos, esse descrédito implica, por exemplo, rejeição ao papel das instituições de representação dos cidadãos no sistema - como os partidos e o parlamento – dimensões centrais da participação e da competição políticas”* (MOISÉS; CARNEIRO, 2010: 155).

Essas contribuições teóricas tornam necessário ir mais a fundo na questão, isto é, investigar as tendências comportamentais dos indivíduos possuidores de níveis relevantes de desconfiança em instituições políticas. Um estudo importante para a consecução desse objetivo é o de Inglehart (1993). O autor entende que o desenvolvimento econômico e os avanços na mobilização cognitiva têm contribuído para mudança gradual dos valores dos cidadãos ao redor do mundo, indo no sentido de haver cada vez mais possuidores de valores pós-materialistas. Os pós-materialistas são

geralmente pessoas jovens e moradores de países avançados industrialmente, onde o bem estar social e econômico se faz mais presente. Assim, esses indivíduos, em relação aos materialistas, priorizam mais os valores de auto-expressão, como defesa de meio ambiente ou da liberdade sexual que os valores relacionados a auto-subsistência, como segurança física e satisfação de necessidades básicas.

Pippa Norris (1999a) caracteriza os cidadãos pós-materialistas identificados por Inglehart de *critical citizens* (cidadãos críticos) e observa que eles são os mais críticos em relação aos governos e aos sistemas políticos, mas, por outro lado, são os que mais apóiam o regime e os princípios democráticos, e também são cidadãos politicamente ativos, tendo significativa participação em protestos, movimentos sociais e ONG's.

Sendo assim, pode-se fazer a suposição de que boa parte dos cidadãos que possuem desconfiança nas instituições e atores políticos representativos inserem-se na concepção de Inglehart e Norris de cidadão crítico. Seguindo essa premissa, é crível se fazer a hipótese de que os que possuem menores patamares de confiança em atores e instituições representativas são os que apresentam menor concordância com a idéia do “*rouba, mas faz*”, já que ela é a representação de valores e comportamentos desviantes e anti-democráticos, uma vez que preza o ganho individual ante o coletivo e vai contra os preceitos da justiça, do primado da lei.

Para fazer os cruzamentos, foi criado o índice de “*rouba, mas faz*”, onde as categorias de resposta são, por um lado, os que discordam muito com todas as afirmações e, do outro, os que discordam pouco, nem concordam nem discordam ou concordam com pelo menos uma das afirmações. Foram excluídas as categorias de resposta “não sabe/ não respondeu”.

Os cruzamentos de dados entre as variáveis que expressam a idéia do “*rouba, mas faz*” com as variáveis que mensuram confiança no congresso nacional, partidos políticos, presidente e governo (tabelas 1 a 4) corroboram com a hipótese levantada, pois, em todos os casos, à medida que diminui a confiança, aumenta o contingente dos que discordam muito de todas as afirmações e diminui o contingente dos que possuem as demais considerações. Entretanto, nem todas as relações são estatisticamente significantes, ou seja, possuem valores de *chi square* iguais ou menores a 0,05 (os casos das tabelas 2 e 3).

Quadro 5- Índice de “Rouba, mas faz”

Índice de “rouba, mas faz”	Frequência	Percentual (%)	Percentual válido (%)
Discorda muito de todas as afirmações	1237	61,7	62,3
Discordam pouco, nem concordam nem discordam ou concordam com pelo menos uma das afirmações	749	37,3	37,7
Não sabe/ não respondeu	18	1,0	-
Total	2004	100	100

Tabela 1- Cruzamento de dados entre o índice de “rouba, mas faz” e confiança no congresso nacional

Confiança no congresso nacional	Índice de “rouba, mas faz”		Total
	<i>Discordam muito de todas as afirmações</i>	<i>Demais considerações</i>	
<i>Muita confiança</i>	52,8% (47)	47,2% (42)	100% (89)
<i>Alguma confiança</i>	60,5% (270)	39,5% (176)	100% (446)
<i>Pouca confiança</i>	61,5% (557)	38,5% (348)	100% (905)
<i>Nenhuma confiança</i>	66,9% (353)	33,1% (175)	100% (528)
Total	62,3% (1227)	37,7% (741)	100% (1968)

Chi square = 0,031

Tabela 2- Cruzamento de dados entre o índice de “rouba, mas faz” e confiança nos partidos políticos

Confiança nos partidos políticos	Índice de “rouba, mas faz”		Total
	<i>Discordam muito de todas as afirmações</i>	<i>Demais considerações</i>	
<i>Muita confiança</i>	53,8% (21)	46,2% (18)	100% (39)
<i>Alguma confiança</i>	58,4% (195)	41,6% (139)	100% (334)
<i>Pouca confiança</i>	61,8% (541)	38,2% (335)	100% (876)
<i>Nenhuma confiança</i>	65,3% (477)	34,7% (253)	100% (730)
Total	62,3% (1234)	37,7% (745)	100% (1979)

Chi square = 0,096

Tabela 3- Cruzamento de dados entre o índice de “rouba, mas faz” e confiança no governo

Confiança no governo	Índice de “rouba, mas faz”		Total
	<i>Discordam muito de todas as afirmações</i>	<i>Demais considerações</i>	
<i>Muita confiança</i>	59,3% (67)	40,7% (46)	100% (113)
<i>Alguma confiança</i>	62,8% (353)	37,2% (209)	100% (562)
<i>Pouca confiança</i>	60,8% (493)	39,2% (318)	100% (811)
<i>Nenhuma confiança</i>	65,2% (324)	34,8% (173)	100% (497)
Total	62,4% (1237)	37,6% (746)	100% (1983)

Chi square = 0,384

Tabela 4- Cruzamento de dados entre o índice de “rouba, mas faz” e confiança no presidente

Confiança no presidente	Índice de “rouba, mas faz”		Total
	<i>Discordam muito de todas as afirmações</i>	<i>Demais considerações</i>	
<i>Muita confiança</i>	54,9% (129)	45,1% (106)	100% (235)
<i>Alguma confiança</i>	60,1% (371)	39,9% (246)	100% (617)
<i>Pouca confiança</i>	62,2% (419)	37,8% (255)	100% (674)
<i>Nenhuma confiança</i>	69,4% (318)	30,6% (140)	100% (458)
Total	62,3% (1237)	37,7% (747)	100% (1984)

Chi square = 0,001

3.2- Avaliação de instituições e atores representativos

Confiança e avaliação institucional logicamente expressam coisas diferentes. De acordo com Offe (1999), confiança institucional se forma através das avaliações em relação ao desempenho, aliado aos julgamentos quanto a avaliação da consistência e coerência interna das normas das instituições. Assim, não exprime mera avaliação, mas também as expectativas normativas individuais geradas pelas próprias instituições. Já avaliação com instituições realçam satisfações individuais momentâneas relativas ao desempenho.

A fim de dar contornos estatísticos às definições acima, foi construída uma análise fatorial com variáveis que expressam confiança e avaliação com atores e instituições representativas. Os resultados estão em sintonia com as definições, na medida em que são gerados dois fatores rotacionados, o primeiro contendo apenas variáveis referentes a avaliação e o segundo contendo variáveis referentes a confiança.

Quadro 6- Análise fatorial de variáveis sobre avaliação e confiança em atores e instituições representativas

Variáveis	Fator 1	Fator 2
Avaliação do congresso nacional	0,642	
Avaliação dos partidos políticos	0,609	
Avaliação do governo	0,802	
Avaliação do presidente	0,718	
Confiança no congresso nacional		0,744
Confiança nos partidos políticos		0,729
Confiança no governo		0,714
Confiança no presidente		0,601

Apesar de serem coisas distintas, a avaliação das instituições faz parte do processo constituidor de opiniões referentes à confiança institucional, de acordo com Offe (1999). A literatura especializada, de um modo geral, investiga as relações entre avaliações de desempenho de governos e atitudes políticas, mas não o faz tendo como fonte de dados variáveis a nível individual, como é o caso de Listhaug e Wiberg (1995). Sendo assim, é difícil formular hipóteses a respeito da relação avaliação de atores e instituições representativas e “rouba, mas faz” partindo da literatura de referência. Entretanto, é logicamente plausível fazer a mesma hipótese da relação confiança e “rouba, mas faz”, qual seja, de que quanto mais negativas forem as avaliações, menores também serão as concordâncias com o “rouba, mas faz”.

Os resultados de cruzamento de dados indicam que a hipótese é corroborada. Em todos os casos, é notável que, à medida que se negativiza as avaliações, aumenta a discordância total com as afirmações, ao mesmo tempo em que diminui o contingente das demais considerações. Somente nos casos da relação entre avaliação de governo e do presidente com “rouba, mas faz” há significância estatística, mas optou-se por e níveis de instrução (tabelas 7 e 8).

Vale lembrar que foram excluídas as categorias de resposta “regular” das variáveis de avaliação, já que no momento de aplicação do questionário elas não foram

citadas, tendo somente respostas espontâneas a respeito, que atingem patamares irrisórios. Também foram excluídas as respostas “não sei” e “não respondeu”.

Tabela 5- Cruzamento de dados entre o índice de “rouba, mas faz” e avaliação do congresso nacional

	Índice de “rouba, mas faz”		
Avaliação do congresso nacional	<i>Discordam muito de todas as afirmações</i>	<i>Demais considerações</i>	Total
<i>Ótimo</i>	51,7% (17)	48,5% (16)	100% (33)
<i>Bom</i>	60,4% (319)	39,6% (209)	100% (528)
<i>Ruim</i>	63,6% (510)	36,4% (292)	100% (802)
<i>Péssimo</i>	64% (185)	36% (104)	100% (289)
Total	62,4% (1031)	37,6% (621)	100% (1652)

Chi square = 0,340

Tabela 6- Cruzamento de dados entre o índice de “rouba, mas faz” e avaliação dos partidos políticos

	Índice de “rouba, mas faz”		
Avaliação dos partidos políticos	<i>Discordam muito de todas as afirmações</i>	<i>Demais considerações</i>	Total
<i>Ótimo</i>	46,2% (6)	53,8% (7)	100% (13)
<i>Bom</i>	58,8% (214)	41,2% (150)	100% (364)
<i>Ruim</i>	63,4% (549)	36,6% (317)	100% (866)
<i>Péssimo</i>	64,7% (295)	35,3% (161)	100% (456)
Total	62,6% (1064)	37,4% (635)	100% (1699)

Chi square = 0,184

Tabela 7- Cruzamento de dados entre o índice de “rouba, mas faz” e avaliação do governo

Avaliação do governo	Índice de “rouba, mas faz”		Total
	<i>Discordam muito de todas as afirmações</i>	<i>Demais considerações</i>	
<i>Ótimo</i>	50% (21)	50% (21)	100% (42)
<i>Bom</i>	58,7% (437)	41,3% (308)	100% (745)
<i>Ruim</i>	66% (404)	34% (208)	100% (612)
<i>Péssimo</i>	62,3 % (160)	37,7% (97)	100% (257)
Total	61,7% (1022)	38,3% (634)	100% (1656)

Chi square = 0,017

Tabela 8- Cruzamento de dados entre o índice de “rouba, mas faz” e avaliação do presidente

Avaliação do presidente	Índice de “rouba, mas faz”		Total
	<i>Discordam muito de todas as afirmações</i>	<i>Demais considerações</i>	
<i>Ótimo</i>	50% (54)	50% (54)	100% (108)
<i>Bom</i>	56,2% (487)	43,8% (380)	100% (867)
<i>Ruim</i>	69,5% (328)	30,5% (144)	100% (472)
<i>Péssimo</i>	68,8% (159)	31,2% (72)	100% (231)
Total	61,3% (1028)	38,7% (650)	100% (1678)

Chi square = 0,000

3.3- Condições socioeconômicas e demográficas

Variáveis sobre condições socioeconômicas e demográficas medem a situação objetiva de vida das pessoas, a posição do indivíduo no mercado e na sociedade e, por isso, são intensamente utilizadas para tentar explicar comportamentos, opiniões e atitudes individuais.

É através desses tipos de variáveis que Almeida (2007) tenta explicar os posicionamentos dos cidadãos brasileiros em relação a várias questões, como “jeitinho brasileiro”, sexualidade, visões sobre o Estado, racismo, política de cotas, etc. Com isso, o principal objetivo do autor é testar empiricamente as teses que Roberto DaMatta faz

sobre a sociedade brasileira em dois de seus livros, *Carnavais, malandros e heróis* e *A casa e a rua*, tentando justificar as peculiaridades nacionais.

Dentre todas as questões que aborda, as pertinentes ao “jeitinho brasileiro” são interessantes para este artigo. Almeida define o “jeitinho” como um instrumento que permite a quebra das regras estabelecidas. Para tentar medi-lo, pede que os entrevistados classifiquem como favor, corrupção ou jeitinho algumas situações elaboradas. São frases que expressam situações rotineiras na vida dos cidadãos e, ao contrario das afirmações usadas para medir o “rouba, mas faz”, as frases não se referem exclusivamente aos políticos, mas a atores sociais diversos, como os funcionários públicos, os policiais e os próprios cidadãos.

Para Fialho (2008), o livro *A cabeça do brasileiro*, apesar de se constituir como uma obra pioneira no que se refere a mapear as opiniões, os costumes e as “visões de mundo” dos brasileiros, possui muitas deficiências. Segundo o autor, Almeida demonstra, por exemplo, pouca profundidade analítica para explicar os efeitos da escolaridade nas questões postas em análise; raramente realiza discussões teóricas e testes de hipóteses antes da operacionalização dos dados; não inclui informações auxiliares e medidas de associação nas tabelas construídas; não faz testes multivariados para verificar relações entre as variáveis e faz pouca comparação dos dados nacionais com os de outros países para quem almeja enfatizar as peculiaridades no comportamento do cidadão brasileiro.

Apesar das limitações, os achados de Almeida são úteis para este artigo, na medida em que revelam relações entre variáveis socioeconômicas e demográficas⁸ com questões que medem um aspecto da corrupção, a saber, o “jeitinho”.

No que pertine ao julgamento dos entrevistados sobre o fato do “jeitinho” ser certo ou errado, local de moradia e pertencimento ao mercado formal de trabalho não têm influência. As variáveis relevantes são idade, região de moradia e escolaridade.

Em relação a idade, há uma inflexão importante a partir de 45 anos de idade, onde passa a predominar a concepção de que o “jeitinho” é errado, ao contrário do que ocorre nas faixas de idade anteriores. Há diferenças regionais importantes, pois os moradores do norte e nordeste tendem a ver o jeitinho como algo certo, ao passo que os

⁸ As variáveis referentes são: local de moradia (capital/ interior); região de moradia (Sul, Sudeste, Centro-Oeste; Norte e Nordeste); faixas de idade; níveis de instrução; participação ou não no mercado formal de trabalho, ou seja, membro ou não da PEA (população economicamente ativa)

moradores do sul e sudeste tendem a vê-lo como algo errado. Dentre os moradores do centro-oeste há divisão de respostas. Quanto a instrução, nota-se que quanto mais anos de estudo, menor a tolerância em relação ao “jeitinho”. Há porém, uma ressalva importante: o ponto principal de inflexão nesse julgamento está no nível mais elevado de instrução, o ensino superior. Almeida entende que a escolaridade é o principal fator explicativo dentre todos os demais.

Tais achados permitem elaborar hipóteses para as relações entre variáveis socioeconômicas e demográficas com o “rouba, mas faz”. Espera-se que quanto maiores os graus de instrução e maiores as faixas de idade, menores são as aceitações ao “rouba, mas faz”. Não se utiliza neste artigo variável que mede região de moradia do entrevistado e por isso não será feita nenhuma hipótese a respeito. Também não é utilizada qualquer variável que meça presença no mercado formal de trabalho. Entretanto, são utilizadas variáveis referentes a sexo, local de moradia, cor do entrevistado e renda. Foram cruzadas todas essas variáveis com concordância ou não com “rouba, mas faz”, mas não é feita qualquer hipótese, já que no estudo de referência (ALMEIDA, 2007) estas variáveis são vistas como irrelevantes para explicar julgamento de valor acerca do “jeitinho brasileiro”.

Os resultados indicam que cor e níveis de instrução dos entrevistados são as únicas variáveis que influenciam de modo estatisticamente significativa a aceitação ou rejeição ao “rouba, mas faz”. Os brancos, em comparação com os pretos e pardos e morenos (excluindo-se os demais) são os que menos concordam com o “rouba, mas faz” (tabela 10) e os mais instruídos são os que apresentam menores aceitações ao “rouba, mas faz”, corroborando a hipótese e indo de acordo com os achados de Almeida (tabela 11). Optou-se também por explicitar as relações entre sexo e renda familiar com “rouba, mas faz”, pois, apesar de não serem estatisticamente significantes, atingem patamares próximos e possuem distribuição nítida dos percentuais, indo na direção em que as mulheres e os indivíduos com maiores rendas são menos associados a aceitação do “rouba, mas faz” (tabelas 9 e 12, respectivamente).

Tabela 9- Cruzamento de dados entre o índice de “rouba, mas faz” e sexo

	Índice de “rouba, mas faz”		
Sexo	<i>Discordam muito de todas as afirmações</i>	<i>Demais considerações</i>	Total
<i>Masculino</i>	60,6% (582)	39,4% (378)	100% (960)
<i>Feminino</i>	63,8% (655)	36,2% (371)	100% (1026)
Total	62,3% (1237)	37,7% (749)	100% (1986)

Chi square = 0,076

Tabela 10- Cruzamento de dados entre o índice de “rouba, mas faz” e cor

	Índice de “rouba, mas faz”		
Cor	<i>Discordam muito de todas as afirmações</i>	<i>Demais considerações</i>	Total
<i>Branco</i>	67,1% (515)	32,9% (253)	100% (768)
<i>Preto</i>	62% (129)	38% (79)	100% (208)
<i>Pardo/ moreno</i>	58,4% (555)	41,6% (396)	100% (951)
Total	62,2% (1199)	37,8% (728)	100% (1927)

Chi square = 0,001

Tabela 11- Cruzamento de dados entre o índice de “rouba, mas faz” e níveis de instrução

	Índice de “rouba, mas faz”		
Níveis de instrução	<i>Discordam muito de todas as afirmações</i>	<i>Demais considerações</i>	Total
<i>Analfabeto/ Primário incompleto e completo</i>	58,7% (406)	41,3% (286)	100% (692)
<i>Fundamental incompleto/ completo</i>	61,3% (317)	38,7% (200)	100% (517)
<i>Médio completo/ incompleto</i>	63,4% (362)	36,6% (209)	100% (571)
<i>Superior incompleto ou mais</i>	73,8% (152)	26,2% (54)	100% (206)
Total	62,3% (1237)	37,7% (749)	100% (1986)

Chi square = 0,001

Tabela 12- Cruzamento de dados entre o índice de “rouba, mas faz” e renda familiar

Renda familiar	Índice de “rouba, mas faz”		Total
	<i>Discordam muito de todas as afirmações</i>	<i>Demais considerações</i>	
<i>Baixa renda (até R\$520,00)</i>	74,4% (489)	25,6% (168)	100% (657)
<i>Média renda (de R\$520,01 a R\$1300,00)</i>	74,7% (377)	25,3% (128)	100% (505)
<i>Alta renda (a partir de R\$1300,01)</i>	75,7% (418)	24,3% (134)	100% (552)
Total	76,1% (1459)	23,9% (458)	100% (1917)

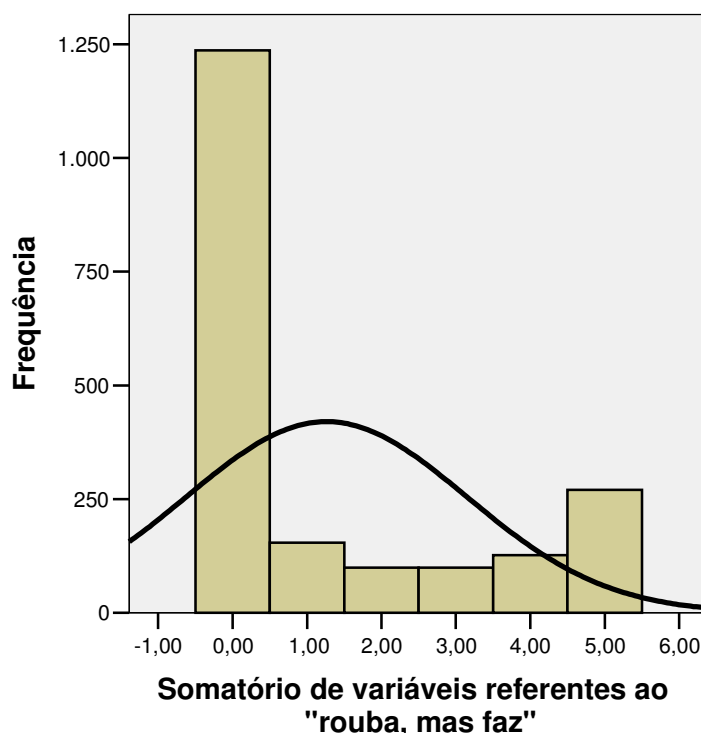
Chi square = 0,072

4- “ROUBA, MAS FAZ”: DETERMINANTES

Nesta parte do artigo, cabe fazer a análise multivariada de dados, com variáveis independentes ou explicativas que a literatura especializada julga serem relevantes para entender a relação geral entre corrupção e comportamento político. Uma vez observadas as influências de cada conjunto de variáveis explicativas para a conformação do “rouba, mas faz” nos tópicos anteriores, cabe agora analisá-las juntas, a fim de investigar quais se mantêm constantes no agregado de variáveis explicativas. Ademais, faz-se necessário observar o quão forte é o modelo explicativo para explicar as variações da variável dependente, a saber, os posicionamentos favoráveis ao “rouba, mas faz”.

A variável dependente se forma a partir do somatório de variáveis referentes ao “rouba, mas faz”, cuja frequência já foi exposta anteriormente no quadro 1. O quadro 7 é a expressão visual dessa distribuição de frequência e, através dele, pode-se notar com facilidade que existe muita assimetria nessa distribuição, com grandes concentrações de casos no patamar zero, que indica nenhuma concordância com frases que expressam o “rouba, mas faz”.

Quadro 7- Somatório de variáveis referentes ao “rouba, mas faz”



Por conta dessa situação, serão construídas duas explicações para os determinantes do “rouba, mas faz”. A primeira explicação consistirá em elencar os determinantes dos posicionamentos favoráveis ao “rouba, mas faz”, expressos pela concordância com pelo menos uma das cinco afirmações que constituem o índice, em comparação com os posicionamentos que rejeitam o “rouba, mas faz”, expressos pela discordância com todas as cinco afirmações. Para tanto, será aplicado o teste de regressão logística binária.

A outra explicação versará sobre os determinantes para os diferentes níveis de aceitação do “rouba, mas faz”. Assim, serão excluídos da análise os entrevistados que disseram “discordar muito” das afirmações e somente serão analisados os casos em que os entrevistados disseram “discordar pouco”, “nem discordar nem concordar”, “concordar pouco” ou “concordar muito” com as afirmações. Através dos *scores* da análise fatorial, foi criado um índice de 0 a 10, onde 0 é a total discordância ao “rouba, mas faz”, valores intermediários indicam distintos níveis de aceitação e 10 é a maior

aceitação possível ao “rouba, mas faz”. Para esse caso, será realizado o teste de regressão linear multivariado, excluindo-se o valor 0.

Em relação ao teste de regressão logística, deve-se ressaltar que os resultados das variáveis independentes ou explicativas são lidos de forma comparativa com a categoria de resposta de referência⁹, isto é, o efeito percentual de uma categoria de resposta que interage com a variável dependente se dá em função da sua categoria de resposta de referência. Por exemplo, os cidadãos que possuem mais de 60 anos possuem menos 48,7% de chances de concordarem com o “rouba, mas faz” que os que possuem de 18 a 24 anos de idade. Prosseguindo com a leitura dos dados, observa-se que os que possuem ensino superior incompleto ou mais escolaridade apresentam 60,6% menos chances de concordarem com o “rouba, mas faz” que os analfabetos e os que possuem ensino primário incompleto ou completo. Os moradores das capitais, por sua vez, têm 87,3% mais chances de concordarem com o “rouba, mas faz” que os que moram no interior. Referente à confiança, tem-se dois resultados distintos: os que possuem alguma ou muita confiança nos partidos apresentam mais chances de concordarem com o “rouba, mas faz” que aqueles que não confiam (mais 148,1% de chances); a relação é inversa para o caso de confiança no governo (menos 43,2% de chances). Por fim, nota-se que os cidadãos que possuem avaliações positivas em relação ao presidente apresentam 104,8% mais chances de concordarem com o “rouba, mas faz” que os que o avaliam negativamente.

Todos os resultados da regressão logística estão em consonância com o sentido das relações existentes nos cruzamentos de dados. Entretanto, algumas das variáveis explicativas que no cruzamento de dados não demonstravam ter relações estatísticas significativas com a variável dependente aparecem como estatisticamente significantes no teste de regressão logística. É o caso da idade e do local de moradia dos entrevistados.

⁹ Categorias de referência: sexo = mulher; cor = demais cores; idade = de 18 a 24 anos; renda = renda baixa; níveis de instrução = analfabeto/ primário incompleto e completo; local de moradia = interior; confiança nos atores e instituições representativas = pouca/ nenhuma confiança; avaliações de atores e instituições representativas = avaliações negativas.

Quadro 8- Modelo de regressão logística binária com todas as variáveis explicativas

	B	P valor	Exp(B)
Homens	,186	,262	1,204
Branços	-,104	,558	,902
Idade: de 25 a 34 anos	-,290	,225	,748
Idade: de 35 a 44 anos	-,229	,378	,796
Idade: de 45 a 59 anos	-,309	,250	,734
Idade: mais de 60 anos	-,668	,042	,513
Renda média	,259	,168	1,296
Renda alta	-,034	,892	,967
Ensino fundamental incompleto/ completo	-,421	,071	,656
Ensino médio incompleto/ completo	-,144	,533	,866
Ensino superior incompleto ou mais	-,931	,007	,394
Moradia: regiões metropolitanas	,047	,855	1,048
Moradia: capitais	,628	,002	1,873
Muita/ alguma confiança no congresso	-,335	,209	,716
Muita/ alguma confiança nos partidos	,909	,002	2,481
Muita/ alguma confiança no governo	-,565	,030	,568
Muita/ alguma confiança no presidente	-,081	,730	,922
Avaliações regulares do congresso	,359	,226	1,432
Avaliações positivas do congresso	,213	,413	1,238
Avaliações regulares dos partidos	-,008	,978	,992
Avaliações positivas dos partidos	,189	,497	1,208
Avaliações regulares do governo	-,332	,275	,717
Avaliações positivas do governo	-,161	,561	,851
Avaliações regulares do presidente	,273	,377	1,314
Avaliações positivas do presidente	,717	,009	2,048
Constante	-,647	,035	,524

No caso do contingente de entrevistados que discordam pouco, nem concordam nem discordam, concordam pouco ou concorda muito com as afirmações a respeito do “rouba, mas faz”, ser homem adiciona 0,861 unidades; ter renda média diminui 0,964 unidades e ter alguma ou muita confiança no congresso adiciona 1,261 unidades numa escala maior que 0 e até 10 de concordância com “rouba, mas faz”. Assim, observa-se que, dentre todas as variáveis estatisticamente significantes, apenas a relativa a grau de instrução diminui a disposição do indivíduo em direção a maior concordância com afirmativas relativas ao “rouba, mas faz” (quadro 9). No caso da escolaridade superior incompleto ou mais, o valor atípico do p valor (1,000) indica que a variável é totalmente insignificante para o modelo, qualquer associação é meramente aleatória.

Quadro 9- Modelo de regressão linear multivariada com todas as variáveis explicativas

	Coeficientes não-padronizados		P valor
	B	Erro padrão	
Constante	3,493	,652	,000
Homens	,861	,348	,014
Branços	-,271	,392	,490
Idade: de 25 a 34 anos	,292	,499	,558
Idade: de 35 a 45 anos	,391	,521	,453
Idade: de 46 a 60 anos	,491	,586	,402
Idade: mais de 60 anos	1,202	,720	,096
Renda média	-,964	,403	,018
Renda alta	-,938	,541	,084
Ensino fundamental incompleto ou completo	,043	,494	,931
Ensino médio incompleto ou completo	,782	,482	,106
Ensino superior incompleto ou mais	,000	,756	1,000
Moradia: regiões metropolitanas	-,140	,566	,805
Moradia: capitais	,132	,412	,750
Alguma/ muita confiança no congresso	1,261	,592	,034
Alguma/ muita confiança nos partidos	-,430	,589	,467
Alguma/ muita confiança no governo	,363	,500	,469
Alguma/ muita confiança no presidente	-,249	,444	,575
Avaliações regulares do congresso	-,337	,638	,598
Avaliações positivas do congresso	,233	,524	,657
Avaliações regulares dos partidos	,946	,607	,120
Avaliações positivas dos partidos	,339	,544	,534
Avaliações regulares do governo	,430	,669	,521
Avaliações positivas do governo	-,188	,555	,735
Avaliações regulares do presidente	-1,069	,702	,129
Avaliações positivas do presidente	-,285	,573	,619

N= 749

R² ajustado= 0,035

O modelo explicativo, porém, demonstra ter pouca capacidade analítica. O conjunto das variáveis independentes conseguem explicar somente 3,5% da variância total da variável dependente. A equação abaixo expressa o modelo de regressão linear multivariado.

*“Rouba, mas faz” = 3,493 + homem*0,861 – renda média*0,964 + alguma/ muita confiança no congresso*1,261.*

5- CONSIDERAÇÕES FINAIS

O artigo investiga um tema não explorado pela literatura especializada. Isto traz benefícios e malefícios: o principal benefício é produzir um trabalho inédito sobre um problema relevante para o campo de estudos da ciência política; os malefícios são muitos: dificuldade de encontrar argumentos teóricos para desenvolver o tema e levantar hipóteses; falta de possibilidade de comparar resultados; ausência de desenhos de pesquisa os quais se pode ancorar para construir um trabalho robusto, dentre outras coisas.

Mesmo com todas essas dificuldades e limitações, o presente trabalho conseguiu adicionar importantes contribuições indicando que escolaridade é sim variável muito importante para distinguir posicionamentos referentes ao “rouba, mas faz”. Em todos os testes realizados com essa variável, é nítida a grande diferença de posicionamentos, com os possuidores de ensino superior incompleto ou mais sendo muito menos afeitos a aceitar o “rouba, mas faz”. Além disso, verificou-se que baixa confiança e avaliações negativas de atores e instituições representativas estão associadas a menores patamares de aceitação de “rouba, mas faz”.

O trabalho ainda é incipiente e novos desenvolvimentos serão realizados. Espera-se aperfeiçoar a abordagem empírica e teórica ao longo do tempo.

BIBLIOGRAFIA:

AIDT, Toke. Economic Analysis of Corruption: A Survey. *The Economic Journal*, v. 113, nº 491, 2003.

ALMEIDA, Alberto. *A cabeça do brasileiro*. São Paulo: Record, 2007.

COSTELLO, Ana; OSBORNE, Jason. Best practices in exploratory factor analysis: four CRONBACH, L. J. Coefficient alpha and the internal structure of tests. *Psychometrika*, v.16, nº3, 1951.

DELLA-PORTA. Social capital, beliefs in government and political corruption. In: PHARR; PUTNAM. *Disaffected democracies*. Princeton: PUP, 2000.

DIAMOND, Larry; MORLINO, Leonardo. *Assessing the Quality of Democracy: Theory and Empirical Analysis*. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 2005.

DIAMOND, Larry; MORLINO, Leonardo. The quality of democracy: an overview. *Journal of democracy*, v. 15, nº 3, 2004.

DOIG, Alan; McIVOR, Stephanie. Corruption and its control in the developmental context: an analysis and selective review of the literature. *Third world quarterly*, 20 (3), 1999.

FIALHO, Fabrício Mendes. Vicissitudes de uma análise de survey à brasileira. Resenha de ALMEIDA, Alberto Carlos. A cabeça do brasileiro. Rio de Janeiro, Record, 2007. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v.23, nº 66, 2008.

HUNTINGTON, Samuel. *A terceira onda: a democratização no final do século XX*. São Paulo: Ática, 1994.

------. *Political order in changing societies*. New haven: Yale University press, 1968.

INGLEHART, Ronald. Democratização em perspectiva global. *Opinião Pública*, v.1, nº1, 1993.

KEY, V.O. *Southern politics in state and nation*. New York: Vintage books, 1949.

LEYS, Colin. What are the problems about corruption? In: HEIDENHEIMER, JOHNSTON, LEVINE (ed). *Political corruption: a handbook*. New Brunswick: Transaction, 1989.

LISTHAUG, Ola; WIBERG, Matti. Confidence in political and private institutions. In: KLINGEMANN; FUCHS (org). *Citizens and the state*. Oxford: Oxford University press, 1995.

MAURO, Paolo. Corruption and growth. *Quarterly journal of economics*, 110 (3). pp. 337-431.

MERTON, Robert. *Social theory and social structures*. New York: Free Press, 1957.

MOISÉS, José Álvaro; CARNEIRO, Gabriela. Democracia, desconfiança política e insatisfação com o regime - o caso do Brasil. *Opinião Pública*, v.14, nº 1, 2008.

------. Democracia, desconfiança política e insatisfação com o regime - o caso do Brasil. In: MOISÉS, José Álvaro (org). *Democracia e confiança*. São Paulo: Edusp, 2010.

NORRIS, Pippa. Introduction: the growth of critical citizens? In: NORRIS, Pippa. *Critical citizens: global support for democratic governance*. Oxford: Oxford University Press, 1999.

NYE, Joseph. Corruption and political development: a cost-benefit analysis. *American Political science review*, 61 (2), 1967.

OFFE, Claus. How can we trust our fellow citizens? In: WARREN, Mark (org). *Democracy and trust*. Cambridge: Cambridge University Press, 1999.

recommendations for getting the most from your analysis. *Practical Assessment, Research and Evaluation*, v.10, n° 7, 2005.

ROSE-ACKERMAN, Susan. *Corruption and government: causes, consequences and reform*. Cambridge: Cambridge University Press, 1999.

SHLEIFER; Andrei; VISHNY, Robert. Corruption. *The Quarterly Journal of Economics*, v. 108, n° 3, 1993.

TULLOCK, G. The welfare costs of tariffs, monopolies, and theft. *Western Economic Journal*, n° 5, 1967.

WATERBURY, John. Corruption, political stability and development: comparative evidence from Egypt and Morocco. *Government and opposition* 11(4), 1976.

WRAITH; SIMPKINS. *Corruption in Developing Countires*. Londres: Allen and Unwin, 1963.